

Wanderlei Pozzembom



A Vozinha da Telebrasília, de 87 anos, juntou-se a crianças, jovens e adultos que moram no lugar para protestar contra a remoção e ouvir o discurso de sindicalistas e políticos de oposição ao atual governo

# “Não saímos de jeito nenhum”

*Moradores da Vila Telebrasília fazem ato público contra transferência das 350 famílias da invasão para o Riacho Fundo*

Ana Helena Paixão  
Da equipe do **Correio**

**F**rancelina Maria da Silva envelheceu na Vila Telebrasília, no final da L2 Sul. Ela conta ter chegado ao lugar ainda em 1959, vinda de Natal (RN). “Meus filhos fizeram os alicerces da Rodoviária de Brasília, junto com (o presidente) Juscelino Kubitschek”, recorda-se. Ali, a senhora alvíssima, de cabelos grisalhos, viu os quatro rebentos crescerem e lhe dar vários netos, oitenta bisnetos e um tataraneto. Aos 87 anos, ela está revoltada com a decisão do governo local de transferir as 350 famílias da Vila para o Riacho Fundo.

“Daqui, só tiram nós (*sic*) se arrancarem este chão. Minha raiz aqui é dura. Não pode ser cortada assim. As raízes dos moradores já se espalharam por toda esta Vila”, afirma, emocionada. Na manhã de ontem, Francelina tomou nas mãos um lenço branco e foi para a entrada do antigo acampamento.

De pé, sob o sol forte da manhã, a *Vozinha da Telebrasília* juntou-se a crianças, jovens e adultos que moram no lugar para ouvir o discurso de sindicalistas e políticos de oposição ao atual governo. A presença dos “estrangeiros” foi encarada pela comunidade como um gesto solidário, na tentativa de manter os moradores da Vila na área no-

bre ocupada há 44 anos, à revelia dos governos que se sucedem.

“Meus pais chegaram em Brasília, vindos da Paraíba, em 1943. Moro nesta Vila há 22 anos. Não abro mão do direito de viver aqui. Conquistamos o direito de permanecer por *uso capeão*”, destaca a manicure Maria Célia do Nascimento, 34 anos. “Tenho dois filhos e ensino que eles têm direito de viver onde nasceram. Nossa manifestação (o ato público realizado ontem) é pacífica, mas vamos resistir se houver tentativa de remoção”, adianta.

## PENDENÇA

Falta pouco para que a urbanização da Vila — iniciada pelo governo anterior — seja concluída. Atualmente, os moradores têm água encanada, luz elétrica, rede de esgoto e águas pluviais, telefone instalado e até uma quadra de esportes à disposição. Reivindicam do governo o asfaltamento do lugar. Mas,

se depender do governador Joaquim Roriz, as famílias serão removidas o mais rápido possível.

“Ele (Roriz) disse para os membros da Associação dos Moradores, no dia 21 de janeiro, que a remoção é questão de honra para o governo”, ataca o presidente da Associação, João Almeida e Silva, 37 anos, 25 deles como morador da Vila — que é tida como reduto petista. O líder comunitário afirma que o GDF deu início a um processo de intimidação dos moradores.

Nas últimas semanas, a Administração de Brasília fechou comércios locais e mandou parar obras em andamento. “Eles querem montar, na entrada da Vila, um posto do Idhab (Instituto de Desenvolvimento Habitacional) para convencer os moradores a sair daqui”, completa João. “O objetivo do ato público de hoje (ontem) é deixar claro que não concordamos com isso e não saímos daqui de jeito nenhum”.

A briga para desocupar a área pública próxima à Avenida das Nações, onde a Vila está fincada, é antiga. Em 1991, a Câmara Legislativa aprovou a lei 161/91, que garantia a fixação dos moradores. O governador Roriz vetou a fixação, mas os deputados distritais derrubaram o veto. Mesmo assim, Roriz deu início a primeira tentativa de retirada ainda em 1992 e no ano seguinte começava a preparar uma área no Riacho Fundo para receber os ocupantes da Vila.

Houve resistência, mas 400 famílias foram transferidas para o Riacho Fundo. Com a mudança de governo, a remoção foi congelada e começou a urbanização do lugar. Mas o Ministério Público (MP) propôs uma ação civil pública para suspender o processo, com base num parecer do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) — cujo entendimento é de que a fixação da Vila Telebra-

sília numa área tombada como patrimônio cultural é irregular.

A ação do MP foi arquivada. Mas, agora, o governador Joaquim Roriz desenterrou o argumento do Iphan para justificar a transferência. Além disso, de acordo com informações da Secretaria de Habitação, a Vila está na Área de Relevante Interesse Ecológico (Árie) Santuário Riacho Fundo e não é permitido nenhum tipo de ocupação em Áries.

Para completar, seguindo o raciocínio do governo, o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (Pdot) de Brasília não prevê a ocupação do local, que também é condenada pelo documento Brasília Revisitada, do urbanista Lúcio Costa. Apesar destas observações, ainda não há previsão para que a transferência das famílias para o Riacho Fundo ocorra. O governo tentará, mais uma vez, negociar a remoção com a comunidade.